



Gilberto Martins assina o termo de adesão ao Sinalid durante reunião com Raquel Dodge

Em reunião na manhã desta segunda-feira (13) com a presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Raquel Dodge, e integrantes do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ), o procurador-geral de justiça do Pará, Gilberto Valente Martins, assinou termo de adesão ao Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos no âmbito do Ministério Público brasileiro (Sinalid). A iniciativa ocorreu durante encontro realizado em Brasília, na sede da Procuradoria-Geral da República.

Além de Gilberto Martins, outros 17 procuradores-gerais de Justiça assinaram o termo de adesão. Com isso, ao todo, vinte e cinco unidades do Ministério Público já aderiram ao sistema. Resultado da criação e ampliação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid), desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ), o Sinalid será implementado pelo CNMP em parceria com o MP fluminense, conforme acordo de cooperação técnica assinado entre as instituições no dia 24 de agosto de 2017. No modelo, o sistema será gerido administrativamente pelo CNMP e tecnicamente pelo MP/RJ, aproveitando a expertise do órgão estadual acumulada ao longo dos anos por meio do Plid.

O objetivo é criar um sistema de buscas integrado nacionalmente e desenvolver ações conjuntas e de apoio mútuo às atividades de sistematização de procedimentos, comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano, com cruzamento de dados.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados 693.076 boletins de ocorrência de pessoas desaparecidas no período de 2007 a 2016. A proposta do Sinalid é que, com a adesão nacional das unidades do Ministério Público, os números de soluções tenham aumento substancial.

Diálogo permanente - Raquel Dodge reiterou a importância do diálogo permanente entre as unidades do Ministério Público brasileiro para o fortalecimento das instituições. “Aproximar os Ministérios Públicos assegura o cumprimento da relevante missão constitucional da nossa instituição”, afirmou. Por sua vez, o presidente do CNPJ, Sandro Neis, reforçou a relevância de encontros periódicos entre as instituições. “Trata-se de um momento único nas relações institucionais do Ministério Público”.

Outro tema discutido no encontro foram soluções para as ações diretas de inconstitucionalidade que questionam a resolução 181 do CNMP, que trata do acordo de não persecução em crimes de pequeno potencial ofensivo.

Reunião administrativa – Após o encontro com Raquel Dodge, o procurador-geral Gilberto Martins participou da reunião extraordinária do CNPJ que colocou em debate vários temas administrativos de interesse do Ministério Público Brasileiro, entre eles critérios de promoção e remoção de membros por merecimento e proposta de recomendação que dispõe sobre a atuação do Ministério Público em políticas públicas efetivadoras de direitos fundamentais.